



DANDO NOME AOS BOIS: OS AGENTES DO TRÁFICO EM UBERABA (MG) NAS DÉCADAS FINAIS DA ESCRavidÃO (1861-1888)

NAMING THE OXEN: THE TRAFFICKING
AGENTS IN UBERABA (MG) IN THE FINAL
DECADES OF SLAVERY (1861-1888)

PONIENDO NOMBRE A LOS BUEYES: LOS
TRAFICANTES EN UBERABA (MG) EN LAS
ÚLTIMAS DÉCADAS DE LA ESCLAVITUD
(1861-1888)

 10.5935/2177-6644.20230029

Ulisses Henrique Tizoco *

 [0009-0000-6416-9831](https://orcid.org/0009-0000-6416-9831)

Resumo: A partir da análise de um banco de dados constituído por documentação notarial dos Cartórios de 1º e 2º Ofícios de Uberaba, de 1861 a 1888, busca-se identificar e caracterizar os principais negociantes de cativos atuantes naquele mercado, bem como suas estratégias comerciais e conexões estabelecidas com outras praças, visando compreender quem eram e como agiam, no então principal município do Triângulo Mineiro, alguns dos responsáveis pelas grandes movimentações de escravos operadas pelos tráficos intra e interprovincial no Império do Brasil entre as abolições do tráfico transatlântico (1850) e da escravidão (1888). Para tanto, recorreu-se ainda à pesquisa onomástica em anúncios de jornais, almanaques e à obra do memorialista Antônio Sampaio.

Palavras-chave: Décadas finais da escravidão no Brasil. Tráfico interno de escravos. Uberaba (MG); Comerciantes de escravos.

Abstract: From the analysis of a database constituted by notarial documentation of the 1st and 2nd Notary Offices of Uberaba, from 1861 to 1888, we seek to identify and characterize the main slave traders operating in that market, as well as their commercial strategies and connections established with other squares, aiming to understand who they were and how they acted, in the then main municipality of Triângulo Mineiro, some of those responsible for the large movements of workers operated by intra and interprovincial slave trades in the Empire of Brazil between the abolitions of the transatlantic slave trade (1850) and Slavery (1888). To do so, we also resorted to onomastic research in newspaper advertisements, almanacs and the work of the memoirist Antônio Sampaio.

Key-words: Final decades of slavery in Brazil. Internal slave trade. Uberaba (MG). Slave traders.

Resumen: A partir del análisis de una base de datos compuesta por documentación notarial de la Primera y Segunda Notarias de Uberaba, de 1861 a 1888, se pretende identificar y caracterizar a los principales traficantes de esclavos que operan en ese mercado, así como sus estrategias comerciales y conexiones establecidas con otras plazas, con el objetivo de comprender quiénes fueron y cómo actuaron, en el entonces principal municipio del Triângulo Mineiro, algunos de los responsables por los grandes movimientos de trabajadores operados por la trata intra e interprovincial de esclavos en el Imperio de Brasil entre las aboliciones de la trata transatlántica de esclavos (1850) y la esclavitud (1888). Para ello, también recurrimos a investigaciones onomásticas en anuncios de periódicos, almanaques y la obra del autor de memorias Antônio Sampaio.

Palabras-clave: Últimas décadas de esclavitud en Brasil. Comercio interno de esclavos. Uberaba (MG). Traficantes de esclavos.

* Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo - USP. Professor da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais - SEE/MG.  [5642656502394465](https://orcid.org/5642656502394465) - E-mail: uht2286@gmail.com.

Introdução: *Uberaba e os negócios da escravidão*

Ao final de sua vida, já no ano de 1877, D. Joanna Xavier Saraiva de Almeida, viúva de Sebastião Lopes de Almeida e moradora da comarca de Porto Imperial, interior da província de Goiás, sentiu que era chegada a hora de redigir seu testamento.¹

Para tanto, chamou o tabelião em sua residência e ali deram início aos trâmites de produção do documento, registrando sua decisão de alforriar 36 escravos que mantinha em seu domínio: Francisco, Balthazar, Frutuosa, Luiz, Lucio, Amancio, Raymundo, Placido, Joaquim, Caio, Absalão, Manoel, José, Pedro, José, Pio, Joaquim, Angelo, Jeronymo, Timotheo, Joanna, Antonia, Candida, Proença, Anna, Maria, Nazaria, Eva, Catharina, Balbina, Thereza, Maria, Helena, Rosa, Antonia e Raymundo. Necessitando o tabelião ausentar-se de sua casa, ficou combinado que brevemente ele retornaria para finalizar o documento.

Naquele momento, a testadora sabia que tal resolução impactaria a vida de muitas pessoas, principalmente aquelas 36 que se encontravam em cativeiro e seriam libertadas de tal condição, e ela muito provavelmente sentia-se motivada pela possibilidade de fazer uma boa ação para aqueles indivíduos que ela e seu finado marido haviam explorado durante longos anos, auferindo vultosos benefícios financeiros do fruto de seus árduos trabalhos. Talvez D. Joanna também tivesse ciência de que seus herdeiros possivelmente não ficariam muito satisfeitos em perderem toda aquela força de trabalho, além de terem sua herança reduzida em algumas dezenas de contos de réis.

O que ela certamente não imaginava é que uma de suas últimas vontades pudesse, alguns anos depois, levar seu nome a estampar as primeiras páginas de um dos principais jornais do Império, associado ao que se tornou um delicado caso que culminaria num escândalo e mobilizaria inúmeras autoridades de diversas instâncias Brasil afora, incluindo até mesmo o chefe de polícia da Corte, os presidentes das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso e os Ministérios da Justiça e da Agricultura.

Ocorre que, no dia 27 de agosto, D. Joanna faleceu e seu testamento ficou inacabado, faltando algumas solenidades. Isso foi o suficiente para que seus herdeiros alegassem que o

¹ O então município de Porto Imperial atualmente denomina-se Porto Nacional e se localiza no Estado do Tocantins, próximo à capital Palmas.

mesmo deveria ser invalidado, atropelando as disposições ali escritas. Contrários à libertação dos cativos, os herdeiros foram dispendendo dos mesmos sem maiores cuidados ao longo dos meses que se seguiram, não contando que nesse meio tempo seria interposta na justiça uma ação de liberdade que, dois anos mais tarde, acabaria ratificando o desejo da falecida.

Tendo o juiz de direito de Porto Imperial, em 24 de outubro de 1879, declarado livres aqueles 36 indivíduos, restava localizá-los para fazer cumprir a sentença. Contudo, como vários deles haviam sido vendidos, descobrir em que lugar do Império cada um tinha ido parar exigiria enorme esforço das autoridades.

No início de 1880, descobriu-se que alguns deles encontravam-se recolhidos à cadeia da capital de Goiás, enquanto outros haviam sido vendidos para o Sul do Império e alguns poderiam ainda estar em Minas Gerais, por terem sido vendidos aos negociantes Duarte & Penna, moradores do município de Bagagem, e a Quintiliano Alves Jardim, residente em Uberaba. A partir de então, o caso dos “libertos de Porto Imperial” ganharia as páginas de várias edições do *Jornal do Commercio* e muitos detalhes de algumas daquelas transações comerciais viriam à tona.

De fato, o referido Quintiliano Alves Jardim, à época, agente de cobranças da firma Miguel Braga & Fonseca, sediada na Corte, havia comprado Placido e Amancio, tendo os revendido algum tempo depois ao Alferes Alexandre Martins Marques, fazendeiro do distrito de Santa Maria, município de Monte Alegre (vizinho a Uberaba).

Logo que viram seu nome envolvido no caso, Miguel Braga & Fonseca, que se encontravam em liquidação, apressaram-se em ir a público negar qualquer relação com o mesmo e cobrar de seu encarregado Jardim maiores explicações sobre aquelas transações.

Sentindo-se caluniado e acusado de agir de má fé, Jardim escreveu ao jornal enfatizando que as transações por ele efetuadas haviam observado todos os trâmites legais, e que o mesmo desconhecia o litígio que havia por trás daqueles cativos. Segundo seu relato, estando ele em Goiás em meados de 1878 tratando de negócios da firma que representava, recebeu os dois cativos supracitados do Major Antônio Pereira de Abreu (a quem Jardim se refere como homem íntegro e honrado, além de dignitário da Ordem da Rosa), como pagamento de uma dívida que este possuía com a casa comercial carioca. Alguns meses depois, após terminar de tratar de todos os seus negócios em Goiás, Jardim retornou a Minas e revendeu Placido e Amancio ao Alferes Alexandre Martins Marques pela quantia de R \$3: 600\$000, indo posteriormente à Corte prestar contas da venda aos seus patrões.

Finalmente, aos 15 de maio de 1880, Amancio de Souza Lopes, natural da cidade de Catalão, província de Goiás, solteiro, roceiro, ignorando a idade, foi mantido na posse de sua liberdade pelo 1º suplente de juiz municipal de Monte Alegre, enquanto Plácido Lopes de Almeida recebeu o título de *mutatis mutandis*, ou seja, estava mudando sua condição de escravo para liberto.²

O episódio narrado, assim como vários que Sidney Chalhoub abordou em seu livro *Visões da Liberdade*, apresenta, de um lado, a luta de trabalhadores escravizados buscando sair daquela condição, do outro a sanha de herdeiros em apossar-se de riquezas que não lhes cabiam, e, entre essas duas partes, os sempre muito lucrativos negócios da escravidão (CHALHOUB, 1990). A história dos “libertos de Porto Imperial” possui vários elementos que remetem ao funcionamento do tráfico interno e à ação de seus agentes nas décadas finais do regime escravista brasileiro. Embora tenha se iniciado no longínquo interior de Goiás, o tráfico fez com que o caso respingasse em várias províncias, tendo como alguns de seus protagonistas indivíduos que tiveram importantes atuações no comércio de mercadoria humana no município mineiro de Uberaba, distante mais de 1000 km de Porto Imperial.³

O caso em tela permite adentrar um universo de relações nas quais pessoas de condições e motivações as mais diversas, circularam por diferentes espaços do extenso território do Império do Brasil, na qualidade de mercadores ou de mercadorias, garantindo o contínuo girar das engrenagens do capitalismo global mesmo quando situadas a enormes distâncias dos centros mais dinâmicos do sistema.

A escravidão moderna e sua principal forma de reprodução, o tráfico, foram responsáveis pelo engendramento de uma das maiores e mais cruéis e nefastas estruturas de deslocamento forçado de pessoas já existente, vitimando sobretudo povos africanos e seus descendentes. Embora a quantidade total de africanos transportados para as Américas não seja precisa, estima-se que tenha sido superior a 11 milhões entre os séculos XVI e XIX. Desse total, entre 10 e 20% teriam morrido durante a travessia do Atlântico e, apenas para o Brasil, teriam vindo cerca de 40% (LOVEJOY, 1989 ; 2002; FOGEL; ENGERMAN, 1981; ALENCASTRO, 2000; INIKORI, 2010; THORNTON, 2004; KLEIN, 1987).

² Todas as informações acima narradas sobre o caso dos “libertos de Porto Imperial” foram extraídas do *Jornal do Commercio*, publicado no Rio de Janeiro, edições de 28/04/1880, p. 3; 29/04/1880, p.1; 02/05/1880, p.1; 29/05/1880, p.3; 30/05/1880, p.1 e 26/06/1880, p. 1, que se encontram disponíveis para consulta no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³ Todas as distâncias mencionadas ao longo deste texto referem-se às rodoviárias, atuais, informadas pelo site Google Maps..

Nos estudos sobre o tráfico, a modalidade transatlântica sempre despertou maior interesse na produção historiográfica que as transferências ocorridas internamente, o que se deve, em alguma medida, à maior facilidade de acesso às fontes que documentaram aquela modalidade. Dessa forma, as dimensões da movimentação forçada de trabalhadores escravizados no interior do continente americano ainda são relativamente pouco conhecidas (JOHNSON, 2004).

No Brasil, a temática do tráfico interno vem recebendo grande atenção dos historiadores ao longo das últimas décadas, ainda que as pesquisas se concentrem no período pós-1850 (o que também se deve, em certo aspecto, a uma maior facilidade de acesso às fontes que para períodos anteriores). Somente nos 38 últimos anos de vigência do escravismo brasileiro, o mais longo do continente americano, Robert Slenes estimou que cerca de 200 mil trabalhadores tenham sido negociados, sendo deslocados entre distritos e freguesias de um mesmo município, entre municípios e regiões de uma mesma província e também entre diferentes províncias e regiões do Império (CONRAD, 1985; GRAHAM, 2002; SLENES, 2004; MOTTA, 2012; GORENDER, 1988).

Vale lembrar que estudos recentes têm descartado o entendimento de que a mão de obra cativa responsável pelo desenvolvimento da cultura cafeeira no país provinha, principalmente, da antiga região mineradora e que esta estaria sendo despovoada de escravos devido à ação do tráfico ao longo do século XIX (CONRAD, 1975; FURTADO, 1977). Ao contrário, têm evidenciado uma natureza eminentemente regional e multidirecional dos fluxos do tráfico interno pós-1850 e demonstrado que o crescimento da população cativa de Minas Gerais, província que detinha a maior população escravizada do Império, não pode ser explicado unicamente pela economia exportadora (MARTINS, 2018; BERGAD, 2004; PAIVA, 1996; GODOY, 2004; LIBBY, 1988; TIZOCO, 2018; FLAUSINO, 2006; SLENES, 2004; READ, 2012; SCHEFFER, 2012; ROSSINI, 2015.).

Ainda assim, nota-se uma concentração das pesquisas sobre a escravidão mineira em determinadas regiões e localidades (em geral, aquelas de economia mais dinâmica), em detrimento de outras que, embora possuam fontes, foram parcamente contempladas pela produção historiográfica (PENA; NORONHA, 2022). O tráfico, por exemplo, foi muito pouco ou nada estudado na maior parte do vasto e diversificado território mineiro, situação do Triângulo Mineiro, região para a qual o presente estudo visa fornecer contribuições inéditas.

Isto posto, este artigo visa identificar e compreender como agiam, no então principal município do Triângulo Mineiro, alguns dos responsáveis pelas grandes movimentações de trabalhadores escravizados operadas por meio dos tráficos intra e interprovincial no Império do Brasil num período que se localiza entre as abolições do tráfico transatlântico (1850) e da própria escravidão (1888).

Ao propor tal análise, parte-se da premissa de que:

[...] cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e portanto se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe, portanto, hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais: é uma versão diferente (REVEL, 1998, p. 28).

Assim, por meio de uma perspectiva centrada na redução da escala de observação, “[...] levando-se a sério migalhas de informações e tentando compreender de que maneira o detalhe individual, os retalhos de experiências dão acesso a lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo, ou mesmo de conjuntos muito maiores [...]”, objetiva-se visualizar detalhes particulares no intuito de melhor compreender uma gama de relações que, por sua vez, estavam inseridas em universos maiores (REVEL, 1998, p. 13).

Entre as décadas de 1860 e 1880, o município de Uberaba vivia seus tempos áureos, um momento de grande crescimento populacional, econômico e urbano. Tendo o arraial surgido no início do século XIX, tornou-se freguesia em 1820, a primeira vila criada no Sertão da Farinha Podre, em 1836, ao emancipar-se de Araxá, e, 20 anos depois, foi elevado à categoria de cidade.

Entre 1830 e o final do século XIX, houve uma intensa colonização de um vasto território compreendendo partes das províncias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, levada a cabo, sobretudo, por criadores de gado mineiros, que se instalavam com suas famílias e dependentes em grandes propriedades. Essa migração teve várias estradas como eixos [...]. Todas confluíam para a vila/cidade de Uberaba, que, por isso, tornou-se um importante centro mercantil (LOURENÇO, 2007, p. 124-125).

Ao longo da segunda metade do século XIX, paralelamente ao crescimento da pecuária, o comércio em Uberaba também alcançou grandes proporções, transformando-se paulatinamente na principal atividade econômica do município e projetando-o como pólo socioeconômico da região e das províncias vizinhas. Era ali que as províncias centrais se

abasteciam dos gêneros que não produziam e onde vendiam seus produtos (fumo, marmelada, sola, couro, rapadura, toucinho) e suas boiadas, possibilitando aos negociantes locais reterem e acumularem parte dos excedentes ali gerados. A agricultura, por sua vez, desempenhava papel complementar na economia uberabense. Logo, apesar de não possuir produção voltada para o mercado externo, Uberaba estava interligada à Corte, às áreas cafeeiras (sobretudo do Oeste Paulista) e às regiões abastecedoras de Minas, Goiás e Mato Grosso por meio de um intenso comércio que fazia com que aqueles distintos espaços se integrassem e diversas mercadorias e capitais por ali circulassem (REZENDE, 1983).

Na década de 1870, os dados do Recenseamento do Império revelam que Uberaba era o principal núcleo urbano do Triângulo Mineiro, concentrando em sua sede municipal atividades comerciais e serviços como atendimento médico, educação, acesso à justiça e administração pública, por isso mesmo centralizando sozinha todo aquele território, então conhecido como Sertão da Farinha Podre (LOURENÇO, 2007).

O presente estudo, fruto de pesquisa de doutorado em andamento, resulta da análise de 686 escrituras envolvendo transferência de propriedade de 883 cativos registradas entre 11 de março 1861 e 14 de fevereiro 1888 nos cartórios de 1º e 2º ofícios de Uberaba⁴, sendo 662 compras e vendas (836 cativos negociados), 13 trocas ou permutas (29 escravos transacionados) e 11 doações (18 cativos).

A ainda relativamente tímida, porém crescente, incorporação das fontes notariais aos estudos sobre a escravidão tem se mostrado bastante auspiciosa, principalmente nas investigações acerca do tráfico. Com efeito, escrituras e procurações destinadas a efetuar transações comerciais com a mercadoria humana apresentam, por meio de uma estrutura padrão bastante simples, uma invejável riqueza de detalhes a respeito daquelas negociações, de seus contratantes, negociados e das lógicas de funcionamento dos mercados, permitindo, a partir de tais informações, não apenas construir séries históricas que rendem ótimas análises como também o desdobramento das pesquisas em fontes de outras naturezas.⁵

⁴ Os Livros de Notas do 1º Ofício analisados (livros 8 ao 26) encontram-se sob os cuidados do cartório, já os do 2º Ofício (livros 5 ao 13) foram recolhidos ao Arquivo Público de Uberaba (APU).

⁵ A existência de tal documentação se deve à obrigatoriedade (a partir da Lei nº 1114, de 27/09/1860, em seu artigo 12, parágrafo sétimo, e Decreto nº 2699, de 28/11/1860) de produção de escritura pública para compras e vendas de escravos de qualquer valor, sob pena de nulidade da transação. Até então, para ter validade perante a lei, bastava o contrato particular firmado entre as partes. Por este motivo, até o final de 1860, poucas transações envolvendo cativos eram registradas em cartório. A partir de 1874, passou a ser necessário o registro em cartório também das procurações (conforme Decreto nº 5737, de 02/09/1874, artigo 98, parágrafos primeiro e segundo) (SLENES, 1985, p. 192). Uma discussão sobre as principais potencialidades e limites de tais documentos para o estudo da escravidão pode ser encontrada, principalmente, em: Slenes, 1983 e Scheffer, 2013.

Dessa forma, os dados obtidos nas supracitadas fontes uberabenses revelaram um tráfico majoritariamente local, com preços não destoantes dos praticados na região Mineradora Central Oeste⁶ (da qual se distanciava cerca de 500 km), poucos cativos transferidos por transação e predomínio de mulheres brasileiras jovens/adultas sendo negociadas (TIZOCO, 2018; FLAUSINO, 2006). Os achados corroboram estudos que já indicavam a importância da reprodução natural para a manutenção do contingente escravizado do município, além de sugerirem que a condição de entreposto comercial uberabense também se estendia ao que se refere à mercadoria humana (LOURENÇO, 2007). Com ápice entre 1873 e 1874, o tráfico esteve operante no município durante todos os 28 anos anteriores à Abolição, inclusive adentrando 1888, indicando que ali a vitalidade da escravidão se manteve enquanto a instituição pôde existir.

Entre as transações intraprovinciais (ou seja, ocorridas entre contratantes residentes na província mineira), a maioria dos cativos levados para o município originavam-se da própria região do Triângulo, enquanto os que de lá saíram tiveram a região Intermediária de Pitangui-Tamanduá como destino principal, muito embora alguns cativos acabassem sendo novamente negociados e levados para outras localidades após saírem de Uberaba, como ocorreu com Agostinho e Petronilha.

No final de dezembro de 1880, José Caetano da Silva Guimarães Junior, residente em Formiga (município situado na região Intermediária de Pitangui-Tamanduá, a 357 km de Uberaba), esteve durante alguns dias em Uberaba adquirindo cativos. Entre os dias 24 e 31, por meio de seis transações efetuadas com vendedores goianos e uberabenses, comprou 11 trabalhadores provenientes de Uberaba e de outros municípios mineiros e goianos. Agostinho e Petronilha foram os primeiros, comprados pela quantia de Rs 2:700\$000 de José Carlos Rodrigues da Cunha, residente em Uberaba. O preto, de 28 anos, foi o 2675º cativo matriculado na Coletoria do Prata (município do Triângulo) em 1872 e chegou às mãos do vendedor por compra feita a José Martins Cardoso, enquanto ela, com 25 anos, a 1861ª cativa matriculada na Coletoria de Uberaba em 1872, provinha de herança de sua sogra (*Livro de Notas nº 20 – 1º Ofício*, 1880, fls. 38-49). A escritura não trazia maiores informações sobre aqueles dois, de forma que, como outros tantos, o acesso à história deles ficaria restrito

⁶ A regionalização aqui utilizada divide a província em 18 regiões, baseando-se na percepção do espaço pelos viajantes estrangeiros, inter-relacionando fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos, conforme a proposta de Paiva & Godoy (2002), com as contribuições posteriormente apresentadas em Rodarte (2008). Ver também: Paiva (1996) e Godoy (2004).

àquela fatídica véspera de Natal, quando foram vendidos. Entretanto, um ano e meio depois, para alegria do historiador, aqueles indivíduos foram novamente localizados em outras fontes analisadas e um outro capítulo de suas trajetórias pôde ser conhecido.

Aos 08 de junho de 1882, o jornal juiz-forano *Pharol* trazia um anúncio de recompensa de Rs 100\$000 para quem apreendesse e levasse à fazenda Santa Rosa dois cativos pertencentes a Manoel Rodrigues de Medeiros, que de lá haviam fugido: Agostinho, preto fula, 40 anos mais ou menos⁷, natural de Uberaba, que apresentava falta de dentes na frente, joelhos um pouco saídos, olhar bastante vivo, barba e estatura regular, um tanto curvado, falava gaguejando, não muito ligeiro, bom carreiro, roceiro e tropeiro e casado com a preta Petronilha, que o acompanhou na fuga, tendo esta 30 anos mais ou menos, apresentando falta de dentes na frente, bonita figura, olhos pretos e vivos, corpo regular, andar ligeiro e sabendo lavar, cozinhar e trabalhar na roça. Junto ao casal, a filha ingênua de seis meses, preta e muito bonita. O anúncio encerrava com a informação de que o casal havia sido comprado de José Caetano da Silva Guimarães Junior, residente em Formiga (*Pharol*, Juiz de Fora, 08/06/1882, p. 3).

Se foram localizados e devolvidos ao cativo ou se conseguiram escapar e criar sua filha em liberdade, infelizmente não foi possível saber. Entretanto, tais acontecimentos da vida daquela família evidenciam uma situação nem tão incomum vivida por escravos no contexto do tráfico interno: indivíduos que eram comercializados diversas vezes, no próprio município ou em municípios ou províncias diferentes. Em Uberaba, por exemplo, 46 transações trazem a informação de que os cativos ali negociados haviam sido adquiridos pelo vendedor por meio de compra feita anteriormente. Outras 22 informam que os transacionados haviam sido averbados em alguma coletoria em nome do vendedor, indicativo de mudança de titularidade após 1872. Fora os casos de cativos cujas reiteradas transações podem ser acompanhadas pelo próprio banco de dados de escrituras, como em ao menos 60 transações onde um mesmo indivíduo é mencionado em duas ou três diferentes escrituras ao longo do período analisado. Alguns estiveram nessa situação por serem vendidos em partes, até que se reunissem todas elas nas mãos de um único senhor. Contudo, a maioria teria realmente trocado de dono por repetidas vezes, como Constância (ou Constança), outra “recordista” em transações precedentes em Uberaba.

⁷ É possível que a idade de Agostinho informada na escritura fosse a da época da matrícula (1872), daí a discrepância notada numa e noutra fonte.

A crioula, de 21 anos, preta e solteira, foi vendida em 25 de novembro de 1875 por Rs 600\$000 ao uberabense Joaquim Antônio de Resende pelo cigano Delfino Virgem Professor. Em 1872, Constância havia sido matriculada na Coletoria do Prata, município no qual residia seu antigo dono, Antônio José Corrêa, que a vendera ao cigano. Ou seja, a escrava já havia passado por ao menos uma transação ao ser negociada pela primeira vez em Uberaba. Quase um ano depois, a cativa teve seu nome novamente mencionado ao tabelião. Aos 07 de outubro de 1876, Resende a vendeu por Rs 700\$000 ao também uberabense João Alves Vilella que, por sua vez, a revendeu em 11 de maio de 1877 a Antônio José Rodrigues, residente na cidade de Bagagem, pela mesma quantia que a havia adquirido (*Livro de Notas 14 - 1º Ofício*, 1875, fls. 42v-43v; *Livro de Notas 16 - 1º Ofício*, 1876, fls. 21v-22; *1º Livro de Escrituras de Venda de Escravos – 1º Ofício*, 1877, fls. 17-18).

Quanto às transações interprovinciais (ocorridas entre contratantes residentes em diferentes províncias), o cenário não se mostrava menos complexo: embora o principal local de matrícula dos cativos não matriculados em Minas fosse a província de São Paulo, seguida pela de Goiás, a maior parte dos cativos que chegaram ao município vindos de fora de Minas provinham de vendedores residentes em Goiás, e no Rio de Janeiro em segundo lugar (embora não conste, no banco de dados, nenhum registro de escravo nascido ou matriculado em municípios do Rio de Janeiro, o que sugere que os cativos comercializados pelos cariocas no mercado local poderiam provir de outras províncias ou mesmo de municípios mineiros). Já os cativos retirados do município, foram vendidos, em sua maioria, para compradores residentes no Mato Grosso, e em segundo lugar, empatados, Rio de Janeiro, Goiás e São Paulo.

Os negociantes de mercadoria humana em Uberaba

As escrituras trazem o registro de 537 diferentes pessoas disponibilizando cativos ao mercado uberabense entre 1861 e 1888, sendo que 438 deles atuaram uma única vez como transmitente e 347 tiveram uma única participação no mercado. Por sua vez, 415 diferentes indivíduos adquiriram trabalhadores escravizados no mercado uberabense, sendo que 291 deles tiveram uma única atuação como adquirente e 217 uma única participação naquele mercado. E 131 transmitentes também tiveram alguma atuação como adquirente. Tal cenário, por si só, já evidencia uma concentração da propriedade em escravos ocorrendo no período,

uma vez que uma mesma quantidade de cativos passou a ser possuída por menos pessoas (FRANK, 2012).

Conforme o tipo de participação no mercado, tais contratantes podem ser classificados em três categorias:

- ❖ Compradores e vendedores “comuns”, que, esporádica ou regularmente, recorriam ao mercado visando renovar ou ampliar suas posses, saldar dívidas, constituir capital para outros investimentos ou ter acesso a créditos, ou ainda reunir nas mãos de um único senhor escravos possuídos em condomínio;
- ❖ Negociantes ou traficantes, que, apresentando-se como pessoas físicas ou jurídicas, normalmente em recorrentes participações no mercado, adquiriam cativos unicamente com o propósito de renegociá-los em outras ocasiões, auferindo ganhos financeiros desta atividade;
- ❖ “Intermediários”, que, embora normalmente não fossem comerciantes, participavam de diversas transações, geralmente apenas (ou majoritariamente) na condição de procurador, representando uma das partes e tornando possível que muitos negócios se concretizassem, independente da distância que separava os contratantes.

Uma vez que este texto objetiva analisar a atividade apenas daqueles que estiveram envolvidos no tráfico, e não a dos contratantes “comuns”, inicialmente foi necessário identificar, entre tantos nomes, quais poderiam ser considerados negociantes ou intermediários. Para tanto, o primeiro procedimento empregado foi identificar as firmas (pessoas jurídicas) que atuavam no mercado. Estas, independente da quantidade de participações, estavam invariavelmente vinculadas ao tráfico, pois adquiriam cativos visando revendê-los no mesmo ou em outros mercados, além de, normalmente, serem encabeçadas por negociantes de cativos (SILVA, 2022).

Foram identificadas ao menos 34 firmas comerciais atuando no mercado uberabense, como mostra a Tabela 1. Destas, quase a metade não estava estabelecida no município e 59% tiveram uma única participação.

Tabela 1: Firmas comerciais atuantes no mercado de cativos: Uberaba, 1861-1888



Nome	Município	Quantidade de transações como				Total de transações
		Transmitente	Adquirente	Procurador do transmitente	Procurador do adquirente	
Bento José de Sousa & Cia.	Uberaba	7	9			16
Miguel Braga & Fonseca	Rio de Janeiro	4	3			7
Caldeira & Trindade	[Bagagem]	1	4			5
Simon & Jules	Uberaba	4	1			5
Fidelles & Coelho	Uberaba	2	2			4
Manoel Alves Caldeira & Cia.	Bagagem		4			4
Caldeira, Trindade & Bernardino José da Costa	Bagagem e Santa Juliana		3			3
Barcellos & Filhos; Penna, Irmão & Silva; Vilella & Miranda	Uberaba (os 2 primeiros); Rio de Janeiro (o terceiro)	1	1			2
Joaquim Ribeiro & Filhos	Uberaba		2			2
José Leocádio Teixeira & Cia. e Ribeiro Guimarães & Irmão	Prados; Prata		2			2
Antônio de Souza Moreno & Cia			1			1
Antônio Duarte Felipe; Miguel Braga & Fonseca; Rocha Brochado & Cia, sucessores e liquidantes de Rocha Sobrinho & Cia; Firmo da Silveira & Cia, sucessores de Salgado Pereira & Cia e Araújo & Salgado; Castros Brochado & Sampaio em liquidação; Castro, Irmão & Brochado em liquidação	Bagagem (o primeiro); Rio de Janeiro (os demais)	1				1
Baptista & Irmão	Uberaba		1			1
Barão do Campo Formoso; Pedro José da Silva Dircêo; Antônio Jesuíno Guimarães; Flavio José Rodrigues de Macedo; Lima Ribeiro & Carvalho		1				1
Costa Machado & Irmão	Rio de Janeiro		1			1
Duarte & Penna	Bagagem		1			1
Ferreira, Lobato & Cia	Rio de Janeiro	1				1
Flavio Rodrigues de Macedo; Barão do Campo Formoso; Pedro José da Silva Dircêo; Antônio Jesuíno Guimarães; Alexandre Martins Marques; Antônio Pedro de Oliveira Penna; Penna, Irmão & Cia; Luis Soares Pinheiro; Bento José de Souza & Cia; João Baptista Machado; Maximiano José de Moura; Querino Rodrigues de Miranda; Joaquim de Araújo Vaz de Mello; Moura & Rossi; Thiago José da Silva Prata; Joaquim Antônio Rosa & Filhos; Penna Irmão & Silva; José Augusto Avelino; José de Oliveira Ferreira; José Bento Ferreira da Rocha e sua mulher Luiza; Ribeiro & Carvalho; Carvalho & Lessa		1				1
Florêncio & André Rios	Uberaba	1				1
Francisco Carlos de Magalhães Filho & Cia		1				1
João da Siqueira Dias & Filhos	Rio de Janeiro		1			1
Joaquim Valeriano da Silveira Leão & Irmão	Rio Verde (GO)		1			1
José Joaquim Leão & Irmão	Rio Verde (GO)	1				1
Lima & Coelho	Uberaba		1			1
Manoel Alves Caldeira & Bernardino José da Costa	Araxá		1			1
Marcos Evangelista de Magalhães Chaves & Irmão	Piumhy		1			1
Nicolão Esquifinino & Cia.	Uberaba		1			1
Penna & Irmão & Silva				1		1
Rodrigues Pinho & Cia.	Rio de Janeiro	1				1
Theofilo de Paiva Teixeira Irmãos & Cia.	Araxá		1			1

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba.

Posteriormente, os contratantes foram classificados conforme a quantidade de participações, sendo arrolados 102 indivíduos que participaram de ao menos três transações no mercado uberabense. Estes, então, tiveram seus nomes pesquisados em jornais e nas edições do *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes*⁸, sendo possível, para grande parte deles, identificar suas ocupações principais. Neste momento, foram selecionados aqueles que exerciam atividades relacionadas ao comércio e excluídos os

⁸ As edições do *Almanak* e os jornais consultados encontram-se disponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Já as edições do jornal *A Gazeta de Uberaba* foram consultadas através do site do Arquivo Público de Uberaba.

que eram descritos apenas como fazendeiros ou que não tiveram a ocupação determinada ou tiveram poucas participações.

Para a construção da Tabela 2, que apresenta, de forma resumida, algumas características da atuação dos principais negociantes e intermediários do mercado de cativos uberabense, foram considerados os nomes listados como negociantes na pesquisa onomástica supracitada, mais as firmas da Tabela 1, que participaram de pelo menos quatro transações (SCHEFFER., 2012, pp. 227-228; TIZOCO, 2018, p. 131.)

Assim, foram agrupados as firmas comerciais e seus sócios (como Bento José de Souza / Bento José de Souza & Cia. e Tenente Fidélis Gonçalves dos Reis / Fidentes & Coelho) e colocados próximos aqueles indivíduos e firmas que, aparentemente, tinham ligações entre si, e que, portanto, poderiam ter atuado como grupos comerciais (como Quintiliano Alves Jardim, empregado da firma Miguel Braga & Fonseca, Alexandre e Elias Martins Marques⁹ e Luis e Galdino Soares Pinheiro, que, a julgar pelos sobrenomes, talvez fossem parentes).

Na tabela, os nomes grafados em *itálico* correspondem aos negociantes e firmas não estabelecidas em Uberaba, enquanto os sublinhados referem-se aos principais intermediários (indivíduos com participações pontuais como transmitente ou adquirente, mas bastante recorrentes como procuradores de uma das partes). Já a coluna “conexões comerciais” diz respeito aos locais de residência, informados nas escrituras, dos contratantes que efetuaram transações comerciais com aqueles sujeitos, evidenciando os possíveis locais de origem e destino dos cativos negociados, além de indicar também alguns dos espaços de deslocamento pelos quais aqueles indivíduos (e suas mercadorias humanas) circulavam. O período de atuação também é uma informação relevante, uma vez que permite perceber como certos comerciantes tiveram a negociação de cativos como atividade bastante longa, enquanto outros operaram-na apenas durante curtos espaços de tempo, embora quase todos eles estivessem em atividade em algum momento do intervalo 1872-1878, período no qual o mercado de cativos uberabense esteve mais aquecido. Alguns deles, ao longo de mais de 10 anos de atividade, não chegaram a atingir o volume de transações/negociados que outros realizaram em menos de um ou dois anos de atuação, o que fornece indícios sobre a

⁹ Alexandre e Elias registraram, no final de 1869, um contrato comercial no tribunal do comércio sob a firma Alexandre Martins Martins & C., com o capital de 28:000\$000, dedicada ao comércio de fazendas e outros gêneros nacionais e estrangeiros. Entretanto, as transações dos sócios no mercado de cativos uberabense deram-se apenas enquanto pessoas físicas, não havendo registro da atuação da dita companhia (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25/11/1869, p.5).

magnitude que o tráfico ocupava na atividade econômica daqueles sujeitos. Tais dados ajudam ainda a identificar os períodos de maior e menor movimentação no mercado, bem como as principais conexões estabelecidas em cada um destes momentos.

Tabela 2: Principais negociantes e intermediários e suas formas de atuação no mercado de cativos: Uberaba, 1861-1888

Nome	Município de residência	Período de atuação	Ocupações principais	Conexões comerciais	Quantidade de transações como				Quantidade de escravos negociados			Total	
					Transmitente	Adquirente	Procurador de Transmitente	Procurador do Adquirente	Total de transações	Alienados	Adquiridos		Como procurador
Quintiliano Alves Jardim	Uberaba	1876-1885	Caixeiro viajante e cobrador da firma Miguel Braga & Fonseca	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Sacramento / Uberaba-Corte / Corte-Bagagem / Rio Verde (GO)-Sacramento / Corte-Jaboticabal (SP)	3	1	5	4	13	6	1	16	23
Miguel Braga & Fonseca	Rio de Janeiro	1876-1880	Negociantes	Uberaba-Corte / Corte-Bagagem / Corte-Jaboticabal (SP)	4	3			7	4	5		9
Alferes Alexandre Martins Marques	Uberaba	1867-1881	Negociante (de fazendas secas, molhados, ferragens, louça e sal em menor escala); vereador (conservador); juiz de paz	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Rio Verde (GO) / Sacramento-Santa Cruz de Goiás (aparentemente com familiares)	1	4	12	2	19	1	4	15	20
Elias Martins Marques	Uberaba	1871-1875	Negociante; vereador	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Bagagem / Uberaba-Monte Alegre	3	1	2	2	8	4	1	4	9
Bento José de Souza / Bento José de Souza & Cia.	Uberaba	1863-1881	Capitalista (empréstimo de capitais)	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Prata	7	9			16	10	10		20
Luis Soares Pinheiro	Uberaba	1863-1884	Negociante (de fazendas secas, molhados, ferragens, louça etc); capitalista	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Monte Alegre / Uberaba-Caldas (GO) / Uberaba-Prata / Uberaba-Sacramento	3	10	1	1	15	3	11	2	16
Galdino Soares Pinheiro	Uberaba	1875-1886	Negociante (de fazendas secas, molhados, ferragens e objetos de armário)	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Prata / Uberaba-Franca (SP) / Uberaba-Monte Alegre / Monte Alegre-Bagagem	1	2	2	2	7	1	2	7	10
Dr. João Castano de Oliveira e Souza	Uberaba	1873-1879	Advogado; comerciante, proprietário e redator-chefe do jornal <i>Gazeta de Uberaba</i> ; juiz municipal e de orfãos	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Oliveira	7	4		1	12	6	12		18
Capitão João Baptista Machado	Uberaba / Vila Bela (GO)	1862-1887	Negociante (de fazendas secas, molhados, ferragens, louça e sal em grande escala); capitalista; vereador (conservador)	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Vila Bela (GO) / Uberaba-Passos / Uberaba-Oliveira / Uberaba-Ouro Preto / Uberaba-Patrocínio	3	8	3		14	5	7	3	15
Francisco Borges de Araújo	Uberaba	1874-1886	Negociante	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Sacramento / Uberaba-Corte / Uberaba-Catalão (GO)	6	2	2	1	11	9	2	4	15
Capitão Joaquim José de Oliveira Penna	Uberaba	1863-1877	Fazendeiro; negociante (de fazendas secas, molhados, ferragens, louça e sal em grande escala); inspetor paroquial; liberal	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Prata / Uberaba-Bagagem	1	3	4	2	10	1	3	7	11
Capitão José Ferreira da Rocha	Uberaba	1862-1869	Farmacêutico; vereador (conservador)	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Prata	2	1	4		7	2	2	7	11
Capitão Joaquim Antônio Rosa	Uberaba	1862-1875	Negociante (de fazendas secas, molhados, ferragens, louça e sal em grande escala)	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Araxá		7	2		9		7	2	9
José de Oliveira Ferreira	Uberaba	1871-1884	Negociante	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Araxá / Uberaba-Rio Verde (GO)	4	4	1		9	4	4	1	9
Tenente Camillo Antônio de Menezes	Uberaba	1863-1872	Capitalista	Uberaba-Uberaba	3	4			7	3	6		9
Comendador José Bento do Valle	Uberaba	1864-1874	Negociante; fazendeiro (criador/engenheiro de cana); liberal	Uberaba-Uberaba	3	2			5	7	2		9
Tenente Fidélis Gonçalves dos Reis Fidéles & Coelho	Uberaba	1878-1882	Negociante	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Paracatu / Uberaba-Prata / Uberaba-Bagagem / Uberaba-Goiás Uberaba-Corte	2	5	1		8	2	5	1	8
Simon & Jules	Uberaba	1861-1862	Negociantes	Uberaba-Uberaba	4	1			5	5	1		6
Manoel Lino da Trindade	Uberaba	1875-1876	Suplente de juiz municipal	Uberaba-Uberaba / Monte Alegre-Bagagem / Corte-Bagagem	2	2		3	7	5	4	6	15
Manoel Alves Caldeira & Cia.	Bagagem	1876-1878	Negociantes	Uberaba-Bagagem / Monte Alegre-Bagagem / Corte-Bagagem		4			4		8		8
Caldeira & Trindade	Bagagem	1875	Negociantes	Uberaba-Bagagem	1	4			5	1	4		5
Caldeira, Trindade & Bernardino José da Costa	Bagagem e Santa Juliana	1873-1874	Negociantes	Monte Alegre-Bagagem		3			3		4		4
Capitão Antônio Chaves de Magalhães	Oliveira	1873-1874		Uberaba-Uberaba / Uberaba-Oliveira	18	1			19	23	1		24
Dr. João Carlos de Araújo Moreira	Grão Mogol	1874		Uberaba-Grão Mogol / Prata-Grão Mogol		6			6		23		23
José Caetano da Silva Guimarães Junior	Formiga	1880		Uberaba-Formiga / Formiga- Morrinhos (GO)	6			6	6		11		11
Francisco Theodoro Moreira	Bagagem	1882		Uberaba-Bagagem	9			9	9		11		11
Tenente Coronel Antônio Borges Samois	Uberaba	1864-1883	Advogado; farmacêutico; vacinador municipal, curador geral dos orfãos; liberal	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Sacramento / Uberaba-Monte Alegre / Uberaba-Bonfim (GO)	1	1	4	5	11	1	1	12	14
Capitão Joaquim Rodrigues de Barcellos	Uberaba	1870-1882	Negociante	Uberaba-Uberaba / Uberaba-MT	1	3			4	1		8	9
Alferes João Baptista de Moura	Uberaba	1873-1874		Uberaba-Uberaba / Sacramento-Oliveira / Oliveira- Morrinhos (GO)		1		4	5		1	6	7
José Alves de Mendonça	Uberaba	1873-1875		Uberaba-Uberaba / Uberaba-Oliveira / Uberaba-Monte Alegre / Monte Alegre-Bagagem	2		4		6	2		5	7
Tenente Wenceslau Pereira de Oliveira	Uberaba	1866-1877		Uberaba-Uberaba / Uberaba-MT	1		3	1	5	1		5	6

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba; *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes* (edições de 1864, 1865, 1870, 1873 e 1875); *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/10/1879, p.4.

Uma vez que a aplicação do método onomástico, por meio da utilização de nomes como fios condutores para pesquisas em fontes de naturezas diversas, tem se mostrado bastante profícua para a construção de pequenas biografias que, embora fragmentárias, revelam redes de relações e contextos políticos, culturais e socioeconômicos em que se encontravam circunscritas, torna-se necessário recolher, inquirir e entrecruzar atentamente os variados vestígios deixados por tais indivíduos a fim de se construir um possível modelo explicativo da configuração daquela realidade (GINZBURG, 1989, p. 143-273; GINZBURG; PONI, 1991, p. 169-178).

Dessa forma, buscando compreender melhor quem eram aqueles homens e como atuavam no tráfico, foram selecionados os anúncios de jornais em que eles foram citados para analisá-los qualitativamente. Embora não se tenha conseguido localizar maiores informações a respeito de todos os 31 nomes acima arrolados, a seguir apresentam-se brevemente alguns dados obtidos sobre 12 deles, de forma a complementar as informações exibidas na Tabela 2. Nos jornais e almanaques, não foram encontradas muitas menções aos negociantes que atuavam no mercado uberabense, sobretudo aqueles residentes no município, o que também pode sugerir que eles fossem pouco relevantes no âmbito dos tráficos intra e interprovincial. Assim sendo, recorreu-se ainda à obra do memorialista Antônio Borges Sampaio, que contém informações biográficas sobre alguns deles.

❖ Miguel Braga & Fonseca / FONSECAS¹⁰ e Quintiliano Alves Jardim

Sociedade entre Manoel Moreira da Fonseca, Francisco Moreira da Fonseca e Miguel José da Silva Braga (este residente à rua Mauá, 2, Santa Thereza, Rio de Janeiro), foi formada no início de 1870, como sucessora da firma Luz & Fonseca, do ramo de fazendas por atacado, que além dos três supracitados também possuía Joaquim Monteiro da Luz como sócio. Entre 1871 e 1879, a firma foi arrolada no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* entre os negociantes portugueses e de outras nacionalidades de importação e exportação matriculados e entre os negociantes de fazendas (lojas de fazendas secas de todas as qualidades, de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs / armazéns de fazendas secas de importação, por atacado), estabelecidos à rua Primeiro de Março (antiga rua Direita), 101 (até 1871), 101 e 103 (entre 1872 e 1874) e 83A e 85 (a partir

¹⁰ Em documentos coetâneos, notam-se as grafias “Fonseca” e “Fonsecas”, o que tanto poderia ser um erro de grafia como indicar a coexistência de duas firmas distintas, uma vez que data de junho de 1874 a dissolução da sociedade Miguel Braga e Fonseca. De qualquer forma, os sócios eram os mesmos em ambas (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 02/06/1874, p.2).

de 1875). Eles também se dedicavam aos serviços bancários, como agentes do Banco da Covilhã, efetuando saques sobre todas as cidades e vilas de Portugal, ilhas dos Açores e da Madeira, estabelecendo mesadas e incumbindo-se da compra de fundos portugueses e espanhóis. A firma, que entrou em liquidação no início de 1880, sendo dissolvida em julho daquele ano, possuía uma filial em Cuiabá, província do Mato Grosso, onde também estava sediada a Fonseca Irmãos & Braga, outra empresa do grupo. Todas as participações da companhia no mercado de cativos uberabense deram-se por intermédio de seu empregado Quintiliano Alves Jardim, que atuou como caixeiro viajante e cobrador das firmas comandadas pelos sócios até o final de 1886, recebendo poderes por procuração para atuar em nome dos mesmos (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 20/04/1879, p. 3 e 23/08/1887, p. 7; *A Província de Matto Grosso*, Cuiabá, 29/01/1882, p. 4; *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 03/03/1870, p. 4; *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 02/01/1878, p. 6; *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20/07/1880, p. 2). Todavia, convém destacar que nem todas as transações efetuadas por Quintiliano no mercado uberabense diziam respeito à sua atuação como procurador dos sócios cariocas, pois ele também negociou cativos em seu nome.

A atuação desta companhia permitiu, portanto, a manutenção de um importante elo entre mercados do litoral e do Brasil Central, que também os conectava, de alguma forma, a mercados europeus, estando inserida numa rede comercial muito parecida àquela identificada por Ulisses Tizoco para os negociantes bonfinenses Francisco e Caetano Baeta Neves e seus parceiros cariocas Marinho & Bebian, ambos de origem portuguesa (TIZOCO, 2023, p. 46-47). Tal interconexão era possibilitada por intrincadas redes que englobavam agentes diversos, espalhados por diferentes localidades do Império, como grandes, médios e pequenos comerciantes e muitos outros indivíduos que atuavam como intermediários nas transações, normalmente efetuando negócios em nome dos primeiros por meio de procurações (SLENES, 1986; CHALHOUB, 1990; SCHEFFER, 2012; READ, 2012; NEVES, 2000). Como observado por Robert Conrad,

[...] o tráfico interno de escravos criou novas companhias de negociação de escravos e uma nova profissão: a de comprador de escravos viajante, que percorria as províncias, convencendo os fazendeiros mais pobres ou os residentes das cidades a venderem um ou dois escravos por metal sonante. Os compradores de escravos iam de sítio em sítio, de porta em porta (CONRAD, 1975, p. 68).

❖ Dr. João Caetano de Oliveira e Souza

Em 1875, a *Gazeta de Campinas* anunciava a recompensa de Rs 50\$000 a quem capturasse um escravo de sua propriedade, de nome Guilherme, 22 anos, natural de Uberaba, pardo claro, de estatura regular, cabelo corrido, rosto redondo, pouca barba, sendo mais saliente no queixo, que falava com muito desembaraço, inculcava-se liberto e havia fugido do Hotel Oriental. Para receber a recompensa, o anúncio informava dois locais onde o cativo poderia ser entregue: em Uberaba, para seu senhor, e em Campinas, à Rua do Comércio, 27 (*Gazeta de Campinas*, Campinas, 12/09/1875, p. 3).

De acordo com Rafael Scheffer, comerciantes de cativos em trânsito por Campinas costumavam se abrigar em hotéis, a partir dos quais realizavam seus negócios. Neste sentido, o autor localizou anúncios publicados em jornais locais que trazem referências a alguns daqueles hotéis, sendo um deles justamente o supracitado Oriental. Aquele estabelecimento, pelo que sugerem as informações dos anúncios e a pesquisa de Scheffer, teria sido bastante utilizado pelos traficantes como local de negócios, provavelmente dispoendo inclusive de locais próprios para alojar os escravos que eles conduziam (SCHEFFER, 2012, p. 259-260).

Já, na *Gazeta de Uberaba*, jornal de sua propriedade, o Dr. João publicou vários anúncios, entre maio de 1879 e outubro de 1880, oferecendo recompensa para quem prendesse e entregasse seu escravo Tibério, pardo, entre 20 e 25 anos, de estatura regular, cheio de corpo, cabelos próprios de sua cor (quase encarapinhados), olhos vivos e grandes, bons dentes, pouco buço e cavanhaque, manchas esbranquiçadas no pescoço, de fala fina e descansada e que trazia sempre a boca meio aberta, deixando ver os dentes e ponta da língua. Embora pertencesse ao Dr. João, residente em Uberaba, Tibério havia fugido do município paulista de Mogi Mirim, onde se encontrava entregue a Luiz Antônio do Valle. Ainda que os anúncios não informem o porquê de o cativo estar em poder deste senhor e não de seu proprietário, os mesmos explicam que, para receber a gratificação (que chegou a passar de Rs 200\$000 para Rs 300\$000 para quem prendesse o cativo, além de Rs 100\$000 para quem desse notícia certa de seu paradeiro), o escravo poderia ser entregue ao seu senhor, em Uberaba, a Valle ou ao Capitão José da Costa Rangel, em Mogi Mirim, ou ainda a Gomes Pinto & Cia., em Casa Branca, outro município paulista (*A Gazeta de Uberaba*, Uberaba, edições de 18/05/1879, p. 4, 28/09/1879, p.4, 23/05/1880, p. 4 e 21/10/1880, p. 4).

Os anúncios não permitem saber em que circunstâncias aqueles escravos se encontravam na província vizinha quando fugiram, nem quem os teria transportado até lá e com quais finalidades, mas sugerem que o Dr. João também teria sido um elo do tráfico entre

Uberaba e municípios cafeeiros da província de São Paulo. Acredita-se que o mais provável é que Tibério e Guilherme estivessem sendo transportados por algum negociante munido de procuração passada por seu senhor uberabense para serem vendidos em mercados paulistas (SLENES, 1986; CHALHOUB, 1990). Contudo, também é possível conjecturar que os cativos pudessem ter sido alugados, talvez para executar tarefas como a limpeza do terreno, plantio e cultivo dos pés de café até a maturidade, como Warren Dean mencionou ter sido comum nas fazendas de Rio Claro, no Oeste Paulista, e Ulisses Tizoco também encontrou indícios de tal prática em negócios efetuados entre bonfinenses, da província mineira, e fazendeiros da região cafeeira fluminense (DEAN, 1977, p. 48-49; TIZOCO, 2018, p. 173-175).

❖ José Caetano da Silva Guimarães Junior

Coincidentemente ou não, pouco tempo após a fuga do casal Agostinho e Petronilha, anteriormente narrada, outro cativo vendido por Guimarães Junior na região da Mata também fugiria, como o mesmo jornal *Pharol* noticiou no início de janeiro de 1883: o preto Jeremias, de 30 anos mais ou menos, alto, magro, olhar espantado, rosto comprido e muito falante havia fugido no Natal, vestindo paletó de alpaca preta, colete preto e calça de algodão riscado de Petrópolis com lista cor de havana. Seu proprietário, João Ferreira de Assis Fonseca, oferecia boa gratificação (embora não informasse a quantia), a quem prendesse e entregasse Jeremias na estação do Sossego ou em Santa Anna do Deserto (*Pharol*, Juiz de Fora, 09/01/1883, p. 3).

Jeremias não constava entre os cativos comprados por Junior em Uberaba em dezembro de 1880, e sua proveniência também não é informada, mas pode muito bem ter sido levado para a região da Mata na mesma ocasião que o casal supracitado. De qualquer forma, as informações obtidas nos referidos anúncios e escrituras levam a crer que Junior provavelmente seria um negociante sediado em Formiga que comercializava cativos em variadas localidades da província, com destaque para a Mata cafeeira.

❖ Capitão João Baptista Machado

Nascido em Campinas em 1829, iniciou sua vida mercantil na também paulista cidade de Mogi Mirim. Chegando a Uberaba em 1847, aos 18 anos, trabalhou no estabelecimento comercial de Francisco Rodrigues de Barcelos até associar-se a este, em 1854, sob a firma

Francisco Rodrigues & Baptista Machado. Tendo dissolvido a sociedade em 1861, estabeleceu seu comércio em prédio por ele construído no Largo da Matriz Nova, mantendo relações com as praças de Campinas, São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, adquirindo avultada fortuna e atuando também como capitalista¹¹. Em 1875, constituiu sociedade no estabelecimento com Zeferino Borges Sampaio, seu empregado, sob a firma João Baptista Machado & Cia. Dez anos mais tarde, já tendo esta se dissolvido, formou a sociedade João Baptista Machado & Filhos, com seus filhos João Baptista Machado Júnior e Edmundo Baptista Machado, que durou até seu falecimento em 1890. Conservador, também exerceu os cargos de delegado de polícia, juiz municipal suplente, vereador e oficial da Guarda Nacional. Seu filho Edmundo tornou-se importante negociante no Rio de Janeiro, sob a firma Edmundo Machado & Cia, enquanto o já mencionado filho João e o irmão Arthur Baptista Machado constituíram, em Uberaba, a firma Baptista Machado & Irmão (SAMPAIO, 1971, p. 291-297).

❖ Major Joaquim José de Oliveira Penna

Nascido em 1829 em Entre Rios, mudou-se para Uberaba em 1855, onde atuou por muitos anos como professor de latim. Filiou-se à loja maçônica uberabense Amparo da Virtude II em 1872. Abandonando a pedagogia, passou a dedicar-se ao comércio a partir de 1885. Pouco tempo depois, associou à sua casa comercial seu irmão, o Alferes Antônio Pedro de Oliveira Penna, tendo como interessado o seu empregado Alfredo Guaritá, sob a firma Pena, Irmão & Cia, que perdurou alguns anos em Uberaba. Abandonando o comércio, dedicou-se à política, pelo Partido Liberal, sendo eleito vereador, deputado provincial e senador. Também exerceu os cargos de delegado de polícia, juiz municipal suplente, tabelião e oficial da Guarda Nacional. Faleceu em 1902 (SAMPAIO, 1971, p. 305-310).

❖ Capitão Joaquim Antônio Rosa

Nascido em Ouro Preto em 1803, mudou-se ainda jovem para Araxá, onde iniciou a carreira comercial. Fixando-se em 1835 em Uberaba, associou-se ao Tenente-Coronel Francisco Rodrigues de Barcellos, já estabelecido no município com casa de comércio “de vastas relações e crédito ilimitado”, sob a firma Francisco Rodrigues Barcelos e Cia. Dissolvida a sociedade em 1853, fundou novo estabelecimento comercial, situado no Largo

¹¹ O termo “capitalista”, nesse caso, pode ser entendido como “O que empresta o seu capital a um empreendedor d’indústria” (VIEIRA, 1873).

da Matriz Nova. Fundou, com os filhos Joaquim Antônio Rosa Júnior e Tobias Antônio Rosa, a firma Joaquim Antônio Rosa & Filhos, dissolvida no final de 1879 para dar origem à Rosa & Filhos, com a entrada à sociedade de seu outro filho, Francisco Antônio Rosa. Esta última companhia comercial dedicava-se à compra e venda de fazendas e mais gêneros. Casado com D. Domingas do Espírito Santo, constituiu-se capitalista e proprietário de muitos imóveis que mandara construir, tendo também atuado como juiz municipal, delegado e subdelegado de polícia, vereador e oficial da Guarda Nacional. Faleceu em 1886 em Poços de Caldas, onde fora buscar tratamento para seus “ataques gotosos” (SAMPAIO, 1971, p. 279-282; *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 03/01/1880, p. 6).

❖ Comendador José Bento do Valle

Nascido em 1823 no Desemboque, mudou-se para Uberaba em 1829, onde envolveu-se no comércio especulativo do sal, gado e bestas bravas, na agricultura, produzindo açúcar, madeiras serradas e falquejadas e cereais para o abastecimento de Uberaba, e na criação de gado bovino e suíno. Conseguiu acumular fortuna e tornar-se capitalista. Liberal, exerceu os cargos de vereador, juiz de paz, suplente de juiz municipal, subdelegado, delegado de polícia e oficial da Guarda Nacional. Posteriormente, passou a residir em Sacramento e Desemboque, até fixar residência em Franca (SP), onde faleceu em 1904 (SAMPAIO, 1971, p. 298-304).

❖ Tenente Coronel Antônio Borges Sampaio

Filho de agricultores, nasceu em 1827 na província da Beira Alta, Reino de Portugal. Em 1844, embarcou no Porto com destino ao Rio de Janeiro e de lá para Santos, onde foi empregado do negociante Francisco Ferreira Zimbres no comércio de sal em grosso até 1847, quando este o incumbiu de administrar uma comissão de seu negócio em Uberaba. Naturalizado cidadão brasileiro em 1851, fundou no mesmo ano sua farmácia. Já tendo se desligado da comissão de Santos, continuou atuando como comerciante por conta própria. Filiado ao Partido Liberal, também atuou na instrução pública, como advogado, delegado de polícia, promotor público, vereador e oficial da Guarda Nacional. Casou-se com D. Maria Cassimira de Araújo, irmã do Barão de Ponte Alta (Antônio Elói Cassimiro de Araújo), com quem teve os filhos Hermógenes Sampaio (sacerdote beneditino) e Zeferino Borges Sampaio

(negociante matriculado), falecendo em 1908 (SAMPAIO, 1971, p. 17-31 e 217-230; CASANOVA, 2020, p. 218).

❖ Capitão Joaquim Rodrigues de Barcellos

Em 1861, associou-se ao pai, o fazendeiro Francisco Rodrigues de Barcellos, fundando a firma Barcellos & Filho, que, em agosto de 1882, a partir da admissão de mais um sócio, seu irmão Manoel Rodrigues de Barcellos, foi matriculada na Junta Comercial da Corte sob o nome de Barcellos & Filhos, sediada em Uberaba, com comércio de fazendas, ferragens, molhados e louça. Seu pai, natural de Oliveira, em 1835 mudou-se de Araxá para Uberaba, onde residiu até falecer em 1887, tendo atuado como agente do correio, juiz municipal, vereador (liberal) e adquirindo fortuna ao longo de mais de 50 anos de exercício como negociante de fazendas e sal em grande escala, com estabelecimento situado no Largo da Matriz Nova (SAMPAIO, 1971, p. 283-290; *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22/09/1882, p. 2).

❖ Doutor João Carlos de Araújo Moreira

Bacharel em Direito, juiz municipal de Montes Claros (1864), deputado provincial na legislatura de 1866-1867, vereador em Grão Mogol (1874), liberal, filiou-se à loja maçônica Aurora do Progresso, de Grão Mogol, em 1875. Posteriormente, passou a residir em Ubá, onde ocupou o cargo de suplente de juiz municipal até o início de 1879 (*A Actualidade*, Ouro Preto, 15/02/1879, p. 3).

❖ Manoel Lino da Trindade

Residia em Bagagem em 1870. Em 1878, foi demitido do cargo de suplente de juiz municipal de Uberaba por ter se mudado para a província de Goiás. Suspeita-se que mantivesse algum tipo de parceria comercial com Manoel Alves Caldeira, negociante do município de Bagagem (atual Estrela do Sul) e sócio nas firmas Manoel Alves Caldeira & Cia., Caldeira & Trindade e Caldeira, Trindade & Bernardino José da Costa (*A Actualidade*, Ouro Preto, 10/08/1878, p. 1).

Um panorama regional

Comparando os comerciantes que atuavam no tráfico de cativos em Uberaba aos de outros dois municípios mineiros, Bonfim do Paraopeba e Mariana, situados na região Mineradora Central Oeste, nestes observou-se uma maior concentração dos negócios em poucas mãos, face a uma maior pulverização naquele.

Em Bonfim, foram identificados três grupos de negociantes atuando no mercado por meio de sociedades ou juntamente com familiares (por isso, grupos), todos estabelecidos na sede municipal. Por suas mãos passaram 21% dos escravos comercializados entre 1842 e 1888. Além destes, nove indivíduos foram apontados como intermediários, com destacada participação como procuradores, e também foram registradas oito firmas comerciais atuando no mercado bonfinense de forma pontual (apenas uma ou duas transações), sendo a maioria destes intermediários e firmas estabelecidos no próprio município (TIZOCO, 2018, p. 131-143).

Em Mariana, quatro indivíduos, todos residentes no município, foram responsáveis pela comercialização de 22,3% dos cativos negociados entre 1850 e 1886 (FLAUSINO, 2006, p. 151-155).

Tal concentração também é sugerida pela pesquisa de Dayana Silva para o mercado de Juiz de Fora, município cafeeiro da região da Mata, embora seu estudo aborde apenas a década de 1870. Por meio da análise de escrituras de compra e venda, a autora identificou, no período, oito companhias atuando no comércio de cativos no município, sendo que cinco delas possuíam sede em Juiz de Fora. A principal delas, Justiniano das Chagas & Cia. (que também possuía filial na Corte), chegou a negociar 59 cativos, embora a quantidade transacionada pelo grupo da qual a mesma fazia parte provavelmente tenha sido ainda maior, visto que José Justiniano das Chagas, um dos sócios, também teria negociado escravos individualmente (SILVA, 2022).

Em Uberaba, observou-se uma quantidade bem maior de negociantes atuando (muitos deles não estabelecidos no município), porém cada um negociando quantidades menores de cativos.

Para efeito comparativo, se o grupo dos Baeta Neves (os irmãos Caetano e Francisco Baeta Neves e suas firmas comerciais Baeta Neves, Teixeira Junior & Souza e Baeta Neves & Irmão), principais traficantes bonfinenses, transacionaram ao menos 67 escravos entre as décadas de 1870 e 1880) e, em Mariana, os Bawden (Capitão Thomas Bawden e seu filho Dr. João Bawden) negociaram 113 entre 1859 e 1882, em Uberaba nenhum negociante (atuando

individualmente ou em grupo) comercializou mais de 30 trabalhadores. Os dois principais nomes de destaque, aliás, Capitão Antônio Chaves de Magalhães, que negociou 24 cativos entre 1873 e 1874, e Dr. João Carlos de Araújo Moreira, responsável pela comercialização de 23 escravos em 1874, sequer moravam no município. O primeiro residia em Oliveira e o segundo em Grão Mogol. Dentre os residentes em Uberaba, destacou-se Quintiliano Alves Jardim (que também atuou como caixeiro viajante e cobrador da firma carioca Miguel Braga & Fonseca) por cujas mãos passaram 23 escravos entre 1876 e 1885.

Convém ressaltar ainda que não se observou uma especialização no comércio da mercadoria humana entre os comerciantes estabelecidos localmente, uma vez que os nele envolvidos não raro costumavam exercer outras atividades e, mesmo aqueles que eram apenas comerciantes, também comercializavam outras mercadorias. Logo, provavelmente teriam se aproveitado das oportunidades criadas a partir do crescimento da demanda e da elevação dos preços dos cativos entre as décadas de 1860 e início da de 1880 para se lançarem nesta atividade, beneficiando-se de rotas e contatos comerciais previamente conhecidos. O tráfico na segunda metade do século XIX, embora fosse uma atividade altamente lucrativa, também envolvia alto risco e exigia certos requisitos daqueles que nele pretendessem se aventurar, como gozar de considerável prestígio, estar inserido numa ampla rede de contatos comerciais em diferentes localidades e regiões, além de elevados investimentos de capital (READ, 2012; MACHADO, 2002; SCHEFFER, 2012; FLAUSINO, 2006; TIZOCO, 2018; SILVA, 2022).

Todavia, se os pesos econômicos das regiões Mineradora Central Oeste e Mata tendiam a ser bem maiores que o do Triângulo, no quesito relevância política a relação não se dava de forma diferente. Luiz Fernando Saraiva, em seu estudo sobre a nobreza mineira e as relações de poder construídas na província ao longo do século XIX, constatou que a região Central concentrava a maior quantidade (36,5%) e densidade política dos nobres mineiros (sendo a origem, além de muitos barões e viscondes, dos únicos marqueses e conde da província, nobres estes de grande expressão na política imperial, que chegaram a ocupar cargos do primeiro escalão do governo, como Senado, Conselho de Estado e Ministérios). A Mata, que na segunda metade do XIX apresentava maior dinamismo econômico que a Mineradora Central, vinha logo na sequência, sendo a origem de 25,3% dos nobres mineiros (muitos barões, mas apenas três viscondes). O Triângulo, por sua vez, era a região de origem

de somente 4,4% dos nobres da província (apenas seis barões) (PAIVA, 1996; PAIVA; GODOY, 2002; RODARTE, 2008; SARAIVA, 2018, p. 132 e 145).

Acredita-se, então, que os negociantes das regiões Mineradora Central Oeste e Mata, conseguissem reunir aqueles atributos provavelmente de uma forma muito mais robusta que os do Triângulo, o que teria permitido àqueles concentrar em suas mãos o tráfico em seus respectivos municípios e ainda intermediar o comércio com outras localidades, enquanto os desta última, por mais que fossem indivíduos de destaque econômico e político localmente, encontrariam mais dificuldade em centralizar o tráfico, sobretudo o de longa distância, deixando o mercado mais aberto para a atuação de grandes negociantes de outras regiões.

Logo, a grande quantidade de firmas e negociantes atuando no mercado de mão de obra escravizada uberabense, grande parte deles não residentes no município, além de reforçar sua caracterização como entreposto também para a mercadoria humana, também seria indicativo da tendência da região do Triângulo em perder cativos, via mercado uberabense, para outras localidades, principalmente de outras regiões de Minas, como sugerido por Roberto Martins (1994).

Considerações finais

O tráfico, sempre apontado pela historiografia como uma atividade altamente lucrativa e que teria permitido a construção de enormes fortunas, não se fazia sozinho, nem se restringia a determinada localidade ou estrato social. Para que conseguisse atingir seus objetivos e deslocar milhares de trabalhadores escravizados para onde houvesse demanda por estes, faziam-se necessárias amplas, complexas e bem azeitadas estruturas formadas por pessoas distribuídas por grandes áreas de abrangência geográfica e desempenhando diferentes funções. Logo, saber quem eram aqueles sujeitos, bem como quando, onde e como atuavam econômica, social e politicamente, trata-se de informação crucial para qualquer estudo sobre escravidão ou sociedade escravista, a partir da qual podem ser desdobradas pesquisas nas mais variadas temáticas. Em outras palavras, para o conhecimento historiográfico avançar, é preciso dar nome aos bois!

Ademais, acompanhar as trajetórias dos principais agentes do tráfico que atuaram no mercado uberabense nas décadas finais da escravidão permitiu melhor compreender alguns dos prováveis fatores por trás de tendências nele verificadas por meio da análise das informações levantadas nas escrituras de compra e venda: a perda de cativos (sobretudo para

outras regiões mineiras), a caracterização como entreposto no tráfico de escravos e a fragmentação do mercado, com um maior número de agentes do tráfico (nem todos eles uberabenses) operando transações de menor volume.

Embora Uberaba fosse um importante entreposto comercial do Brasil Central para diversas mercadorias (incluindo a humana), dentro das estruturas de poder provincial e imperial os pesos econômico e político da região do Triângulo mostravam-se bem menos significativos que os de outras regiões mineiras, como a Mineradora Central Oeste e a Mata. Dessa forma, os comerciantes locais, ainda que fossem todos homens de proeminência política e econômica na sociedade local, encontraram mais dificuldade em reunir todos os atributos necessários para lograr centralização em poucas mãos os negócios do tráfico na região, fazendo com que negociantes maiores de outras localidades mineiras e mesmo da distante Corte do Rio de Janeiro conseguissem sobressair-se no mercado local pelo volume expressivo de transações e de cativos negociados. Ainda assim, independente do tipo de participação, aqueles agentes do tráfico encontravam-se inseridos em complexas e intrincadas redes comerciais que conectavam diferentes regiões de Minas e do Império, e que se mostravam indispensáveis para que as grandes movimentações de trabalhadores operadas pelo tráfico interno se concretizassem.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes** - Formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004.

CASANOVA, Marta Zednick de (org). **Uberaba 200 anos – no coração do Brasil**. Uberaba: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba Hildebrando de Araújo Pontes, 2020.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEAN, Warren. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão**: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888. Dissertação (Mestrado em História), Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, 2006.

FOGEL, Robert William; ENGERMAN, Stanley L. **Tiempo en la cruz.** La economía esclavista en los Estados Unidos. Madrid: Siglo XXI, 1981.

FRANK, Zephyr L. **Entre ricos e Pobres:** o mundo de Antonio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In:* GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: mercado historiográfico e troca desigual. *In:* GINZBURG, Carlo. et al. **A micro-história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1991.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 27, p. 121-60, 2002.

GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio** - um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2004.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 1988.

INIKORI, J. E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. *In:* OGOT, Bettwell Allan (Org.). **História geral da África.** V: África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010.

JOHNSON, Walter. **The Chattel principle:** internal slave trades in the Americas. New Haven e London: Yale University Press, 2004.

KLEIN, Herbert S. **A escravidão africana na América Latina e Caribe.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista:** Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **Das Fronteiras do Império ao Coração da República:** o Território do Triângulo Mineiro na Transição para a Formação Sócio-Espacial Capitalista na Segunda Metade do Século XIX. Tese (Doutorado em Geografia Humana), São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2007.

LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África:** uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOVEJOY, Paul. O impacto do comércio atlântico de escravos para a África: uma revisão da literatura. **Journal of African History**, v. 30, n. 3, 1989.

MACHADO, Cláudio Heleno. Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. **X Seminário de Economia Mineira**. Diamantina, 2002.

MARTINS, Roberto B. **Crescendo em silêncio**: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018.

MARTINS, Roberto B. **Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez**. Texto para Discussão, n. 70. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1994.

MOTTA, José Flávio. **Escravos Daqui, Dali e de Mais Além**: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 1996

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. *In: X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2002.

PENA, Alessa Nara Fortunato Pena; NORONHA, Gilberto Cezar de. Fontes sobre a escravidão em Minas Gerais: um balanço historiográfico. **Anais eletrônicos do XXIII Encontro Regional de História da ANPUH/MG**. Diamantina/MG, 2022.

READ, Ian. **The Hierarchies of Slavery in Santos, Brazil. 1822-1888**. Stanford: Stanford University Press, 2012.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REZENDE, Eliane M. Marquez. **Uberaba: uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)**. Dissertação (Mestrado em História), Goiânia: Universidade Federal de Goiás - UFG, 1983.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O Trabalho do Fogo**: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Tese (Doutorado em História), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2008.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. **A dinâmica do tráfico interno de escravos na franja da economia cafeeira paulista (1861-1887)**. Tese (Doutorado em Economia), Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2015.

SAMPAIO, Antônio Borges. **Uberaba: História, fatos e homens**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

SARAIVA, Luiz Fernando. O espaço da nobreza: hierarquia e poder em Minas Gerais no século XIX. **Revista Maracanan**. n. 19, p. 120-146, 2018.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850- 1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa**. Tese (Doutorado em História), Campinas: Universidade de Campinas - UNICAMP, 2012.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de cativos através das fontes cartoriais: possibilidades e seus limites. **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Natal, 2013.

SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: regional economics, slave experience, and the politics or a particular market. *In*: JOHNSON, Walter. **The Chattel principle: internal slave trades in the Americas**. New Haven e London: Yale University Press, 2004.

SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. **Estudos Econômicos**, v.13, n. 1, 117-149, 1983.

SLENES, Robert W. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? **Revista Brasileira de História**, v. 5, n. 10, p. 166- 197, 1985.

SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. *In*: COSTA, Iraci del Nero da. (org.), **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, p. 103-15, 1986. p. 103-155.

SILVA, Dayana de Oliveira. Tráfico e traficantes: breves considerações acerca das companhias mercadoras de escravizados que atuaram em Juiz de Fora (MG) na segunda metade do século XIX. **Revista Ars Historica**, n. 23, p. 290-311, 2022.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2004.

TIZOCO, Ulisses H. **Pessoas Negociando Pessoas: o mercado de escravos de Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1842-1888)**. Dissertação (Mestrado em História), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2018.

TIZOCO, Ulisses H. Um cenário, múltiplas atuações: facetas do comércio de trabalhadores escravizados em Bonfim do Paraopeba (MG) nas últimas décadas da escravidão (1860-1888). **Sertão História - Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 29–57, 2023.

VIEIRA, Domingos. **Grande dicionario portuguez ou Thesouro da língua portugueza**. Segundo volume. Porto: Editores Ernesto Chardrone Bartholomeu H. de Moraes, 1873

*Artigo submetido em: 03 de setembro de 2023.
Artigo aprovado em: 21 de outubro de 2023.*